



Anais da Assembléia

158

CURITIBA, SÁBADO, EM 20 DE DEZEMBRO DE 1986.

ANO XII

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA ATA DA 09.^a SESSÃO ORDINÁRIA DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO

REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 1986.

SÁBADO

Presidência do Senhor Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos Senhores Deputados Aníbal Khury e Edmar Luiz Costa.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Aníbal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtom Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Edilson Alencar, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gerente Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antonio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a
S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais,

REQUER, após ouvido o Douto Plenário, preferência de votação para os Projetos de Lei n. 295/86 e 296/86, sendo o primeiro oriundo da Mensagem Governamental n. 167/86 e que visa autorizar o Poder Executivo a instituir a Fundação Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão, e o último, oriundo da Mensagem Governamental n. 168/86, objetivando autorizar o Poder Executivo a instituir a fundação Federação Estadual de Instituições Superiores do Oeste do Paraná- UNIOESTE.

Sala das Sessões, em 20.12.86.

(a) MÁRIO PEREIRA

Apoioamento: Rubens Bueno.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER preferência na discussão e votação sobre todas as matérias constantes da Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje, para o Projeto de Lei n. 295/86.

Sala das Sessões, em 19.12.86.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência na votação sobre todas as matérias constantes da Ordem do Dia de hoje, para o Projeto de Lei n. 291/86.

Sala das Sessões, em 20.12.86.

(a) HERMAS BRANDÃO.

Apoioamento: Eduardo Baggio.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, dispensa da Redação Final para os Projetos de Lei n. 295/86 e 296/86, sendo o primeiro oriundo da Mensagem Governamental n. 167/86 e que visa autorizar o Poder Executivo a instituir a Fundação Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão, e o último, oriundo da Mensagem Governamental n. 168/86, objetivando autorizar o Poder Executivo a instituir a Fundação Federação de Instituições Superiores do Oeste do Paraná- UNIOESTE.

Sala das Sessões, em 20.12.86.

(a) MÁRIO PEREIRA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa, REQUER, depois de ouvido o Plenário, autorização para que o Senhor JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS, Governador do Estado, possa ausentar-se do País, mediante comunicação expressa à Comissão Executiva do Poder Legislativo, no período de recesso parlamentar.

Sala das Sessões, em 20.12.86.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N. 298/86
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º- Fica denominada de "MANOEL LUSTOSA MARTINS" o trecho da Rodovia BR-280 entre Palmas, Clevelândia e Pato Branco.

Art. 2.º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.12.86.

(aa) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA
ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Manoel Lustosa Martins foi um dos mais importantes pioneiros na colonização do Sudoeste paranaense. Nasceu em Clevelândia, em 5 de julho de 1982; filho de Fermino Martins dos Santos e de Dona Balbina Lustosa Martins.

Sua infância foi passada na Fazenda Santa Tecla que naquele tempo ficava localizada no Município de Clevelândia e hoje faz parte do de Abelardo Luz, em Santa Catarina. Sua educação ficou a cargo de um professor que seu pai contratou especialmente para ensiná-lo e a seus irmãos, parentes e vizinhos, uma vez que naquela época não havia escola na região.

Em 1913, estabeleceu-se na Fazenda Esperança, localizada ao lado da fazenda do seu pai e se tornou tropeiro, viajando constantemente para o Rio Grande do Sul. Nessas idas e vindas acabou arrendando invernadas em Carazinho e depois em Passo Fundos passando parte de sua mocidade em terras gaúchas.

Ao regressar ao Paraná, Manoel Lustosa Martins se manteve fiel aos costumes gaúchos, sendo considerado como cômulo do Rio Grande, no Sudoeste paranaense.

Em 15 de junho de 1918 casou-se com Maria da Luz Carneiro e fixou-se definitivamente em Clevelândia e Palmas, onde adquiriu a Fazenda Santa Bárbara, que era propriedade da Família Beltrão. Suas terras logo se destacaram pelos melhoramentos

que passaram a apresentar com diversas construções em alvenaria. Em 1923, Manoel Lustosa Martins, juntamente com seu irmão Crescêncio, levou para as regiões de Palmas e Clevelândia os primeiros exemplares de gado charolês do Rio Grande do Sul. Esta medida melhorou, sobremaneira, a qualidade do seu plantio que, com o passar dos anos, se tornou realmente num dos melhores rebanhos de gado desta raça do Paraná.

A atividade política de Manoel Lustosa Martins sempre se destacou por uma posição firme e decidida a favor da participação popular nas eleições. O pioneiro do Sudoeste paranaense participou ativamente de todas as revoluções daquele agitado período republicano como um liberal contrário às orientações da República Velha.

Em 1924, apesar de suas simpatias pela Coluna Prestes, cujo líder ainda não havia se tornado comunista, foi comissionado como capitão encarregado do abastecimento das tropas provisórias que deveriam impedir o avanço dos rebeldes até a chegada das forças regulares.

Getulista ativo, com a vitória da Revolução, em 1930, Manoel Lustosa Martins foi designado comandante da praça e, em seguida, Prefeito Municipal de Clevelândia. Sua gestão foi importante para a pequena cidade, uma vez que foi ele que, juntamente com o engenheiro Francisco Gutierrez Beltrão, fez os primeiros levantamentos topográficos e as primeiras plantas de sua área urbana. Iniciou também a construção dos primeiros meio-fios e sarjetas, dando assim os contornos que caracterizam a cidade de Clevelândia.

Durante a Revolução de 1932, convocado pelo então Governador do Paraná, Manoel Ribas, Manoel Lustosa Martins, com a patente de coronel da Força Pública do Paraná, organizou um Batalhão com aproximadamente quinhentos homens, tendo duas companhias em Clevelândia e duas em Palmas. Este batalhão chegou a enviar alguns pelotões para São Paulo, pouco antes do término da Revolução.

(Dados bibliográficos extraídos de matéria publicada no Jornal "Gazeta do Povo").

Por seus dotes pessoais e por sua ativa participação na construção do progresso do Paraná, é que ofereço este Projeto de Lei possibilitando ao Poder Público Estadual reverenciar um dos artífices de seu passado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - É lida e aprovada a ata. Não há expediente a ser lido, e nem o oradores inscritos no Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, inscrito.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Utilizo o Grande Expediente, tendo em vista que nas sessões anteriores nós não tivemos a oportunidade de trazer à Casa algumas informações que consideramos dever nosso trazer a cada um dos Senhores Deputados, mormente aos Deputados da oposição, sobre o projeto de lei de iniciativa do Senhor Governador do Estado, que procura sanear a empresa pública do Município de Curitiba, Cidade Industrial de Curitiba Sociedade Anônima.

Não vou me deter, Senhor Presidente e Senhores Deputados, no histórico que seria muito importante conhecermos, histórico sobre a implantação desse distrito industrial na Capital do nosso Estado, que conheço muito bem porque participei com críticas muito construtivas, quando da sua implantação, na época em que exercíamos o mandato, ou os mandatos de Vereador à Câmara Municipal de Curitiba.

Na parte histórica quero apenas e unicamente dizer à Casa que o município de Curitiba dispendeu na implantação da infra-estrutura necessária àquele distrito industrial, a importância até 1978, de 20 milhões de dólares. E na aquisição das terras necessárias à implantação dispendeu até 1978, repito, 12 milhões de dólares já pagos pelo município de Curitiba. E mais 20 milhões de dólares que ainda estão a pagar e que se constituem, portanto, numa parcela da dívida do Município para com os órgãos financiadores, que são os três bancos que atuam aqui no Paraná - o BANESTADO, o BRDE e o BADEP.

E o município de Curitiba, por isso mesmo, gerou uma dívida Senhor Presidente e Senhores Deputados, que está impedindo que o próprio município possa obter novos recursos para poder implantar um programa de obras necessárias para poder resgatar a dívida social que a cidade contraiu nos últimos quinze ou vinte anos, com a própria população da cidade.

A capacidade de endividamento do Município de Curitiba, segundo as normas vigentes, é de Cz\$ 810.000.000,00 em números redondos. Mas, o montante da dívida do Município, incluído a dívida, fruto da implantação da Cidade Industrial de Curitiba, é de hum bilhão e meio, em números redondos, ultrapassando, portanto, o limite, herança que nós recebemos, que a atual administração Roberto Requião e a administração do Deputado Maurício Fruet recebemos, ultrapassando assim a capacidade de endividamento do município, na importância de Cz\$ 703.000.000,00, aproximadamente.

E por isso mesmo, Senhor Presidente, é que desde o começo do ano, a administração Roberto Requião, está em entendimento com o Estado para resolver esse grave problema

que aflige o Município de Curitiba, para que nós possamos, evidentemente, desenvolver uma administração, que possa, atender o resgate a que me referi há pouco.

Daí, o trabalho iniciado, tão logo Roberto Requião assumiu a Prefeitura de Curitiba. Naturalmente, que os entendimentos não são fáceis, mas chegou-se à uma solução que não prejudique o Estado do Paraná, e dê ao Município de Curitiba a possibilidade de atender as suas programações, podendo, inclusive, contrair empréstimos, para poder resolver os problemas que se agravam e que exigem recursos financeiros mais avantajados, principalmente na área do saneamento, não só do saneamento básico, mas também, e principalmente, no controle dos córregos que são em grande número, em Curitiba, porque esta cidade foi implantada numa área onde a rede hidrográfica é muito variada.

Mas, Senhor Presidente, o Estado não será prejudicado; pelo contrário, porque o financiamento que o Estado estará autorizado a contrair, até o limite de 82 milhões de dólares, servirá para, ao pagar a dívida aos bancos estaduais e regionais, principalmente ao Banco do Estado do Paraná - o BANESTADO - vai, naturalmente fazer com que este Banco possa também corrigir, senão melhorar, a sua situação financeira, porque ele é avalista, inclusive, da dívida que o próprio Município tem com terceiros, portanto, estes bancos oficiais serão beneficiados nesta operação, porque terão a sua inadimplência reduzida, senão eliminada, ocasionando, conseqüentemente, a menor necessidade de recursos destes próprios bancos em outras fontes, a serem captados, portanto, em outras fontes, do mercado financeiro, e também melhorando a performance do Banco, no sentido de pleitear, até recursos no mercado externo.

Por outro lado, Senhor Presidente, o Estado não fica prejudicado, porque o Município de Curitiba, conforme Vossas Excelências encontram em determinado artigo do Projeto de Lei, transfere ao Estado do Paraná, áreas num total de oito milhões, setecentos e setenta e cinco mil, setecentos e cinquenta e quatro metros quadrados e cinquenta e nove decímetros, área hoje valorizada, e que, a preços de hoje, somam a bagatela de um bilhão e trezentos milhões de cruzados, e que servirão, em face do programa de industrialização que os Governos José Richa e João Elísio criaram as bases, em que o futuro Governo Álvaro Dias irá implantar, o processo de industrialização que o Paraná precisa; o Paraná que ainda tem uma economia eminentemente agrícola e agropecuária e, portanto, rende poucos impostos estaduais e municipais. Precisamos tornar o Paraná um segundo São

Paulo, um segundo Minas Gerais, um segundo Rio de Janeiro, para que este Estado possa industrializar as suas matérias-primas, e assim aumentar o valor agregado da renda econômica regional. Haveremos de dar a este Estado uma nova fisionomia econômica, uma nova estrutura econômica para poder, com mais intensidade, manter no Estado a renda econômica aqui gerada, impedindo como ocorre hoje, fruto de uma política no passado extraordinariamente errada, impedindo que o Paraná pudesse industrializar as suas próprias matérias-primas, utilizando também desse processo de industrialização, os seus próprios insumos para poder, naturalmente reter em nosso território o valor agregado na renda econômica e conseqüentemente propiciar maior arrecadação do ICM e, portanto, poder também propiciar aos municípios maior arrecadação nos impostos municipais.

O Estado também, desde a implantação da Cidade Industrial de Curitiba, foi o grande beneficiário dessa implantação. Nós temos aqui um quadro que mostra, desde 1982 até o presente exercício financeiro, o que foi arrecadado no ICM, no Paraná todo. O que foi arrecadado em ICM, em Curitiba, o que foi arrecadado em ICM, na Cidade Industrial de Curitiba, com a produção das indústrias lá localizadas, que são em número de duzentas e havendo ainda negociações para mais cinquenta indústrias no atual momento.

Eu só vou ler o que se refere a 1986. Até novembro, o ICM gerado pela Cidade Industrial de Curitiba chegou à bagatela de Cz\$ 451.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta e um milhões de cruzados). E desses Cz\$ 451.000.000,00, para o município de Curitiba só restou Cz\$ 15.500.000,00, isso corresponde a 3.4% do que foi arrecadado em ICM, pela Cidade Industrial de Curitiba. Os outros 96.6% ficam em mãos do Estado, uma parte e a outra parte é distribuída pelo Fundo de Participação dos Municípios a todos os municípios do Paraná.

E por outro lado, com a emenda n. 17 que essa Casa aprovou, nós, em Curitiba, que antes arrecadávamos 0,17% do total do ICM do Estado, passamos a arrecadar 0,15%. Isso, evidentemente, dá uma diminuição da receita do município de cerca de quatrocentos e oitenta e nove bilhões de cruzados em 1986.

Vejam, portanto, Vossas Excelências, que o que se pretende ao fazer com que o Estado possa obter recursos para pagar a dívida do Município aos bancos oficiais, permite naturalmente que este possa, com mais liberdade, administrar os problemas da cidade, e isso não traz nenhum prejuízo, pois com o processo turístico que o Paraná há de sofrer, o Estado, ao vender os imóveis, se ressarce com muito mais

vantagem financeira do que a dívida que assumirá, uma vez aprovado este Projeto de Lei.

Dou aparte a Vossa Excelência Deputado Acir Mezzadri.

O Sr. Caíto Quintana - Eu me inscrevo para um aparte, Deputado Adhail Sprenger Passos.

O Sr. Acir Mezzadri - Deputado Adhail Sprenger Passos. Ouvindo seu pronunciamento queria dizer que, na semana passada, no seu pronunciamento de despedida desta Casa, todos os Deputados, de todos os partidos, se comoveram.

E queria dizer também, que aprendi a conhecê-lo melhor nesta Casa, pelo seu trabalho, pela sua seriedade e pelo seu desprendimento, porque já depois de uma eleição difícil, de uma eleição complicada para todos nós, principalmente para os Deputados Estaduais, eu já observava na primeira sessão da Assembléia Legislativa do Paraná, a sua presença, de cabeça erguida e levantada, como exemplo de maturidade e de competência política, acima de tudo.

Hoje, Deputado, quero cumprimentá-lo por isso e, também, como todos nesta Casa, lamento que esse Poder não possa contar com a presença de Vossa Excelência na próxima legislatura.

Lamento porque nós vamos perder, Curitiba, a Região Metropolitana e o Paraná, a condição de ter nesta Casa um Deputado com essa envergadura. E hoje, o seu pronunciamento foi de uma profundidade muito grande, de uma relevância fundamental, para Curitiba e para a Região Metropolitana. Haja visto que, todos nós daqui, que militamos nesta área e nesta região, sabemos que a CIC não gera ICM para Curitiba; ela não gera ICM na Região Metropolitana, mas sim, gera ICM para o Paraná; e aí estão os gráficos para demonstrarem isso, nobre Deputado.

Em 82, de 36 milhões de cruzeiros, 11 milhões foram gerados por Curitiba e a CIC, e assim por diante.

Eu queria dizer que a infra-estrutura, o transporte, a educação e a saúde, isso sim, pesam para Curitiba e pesam para a Região Metropolitana.

E nesse momento, em que o Governador Álvaro Dias se preocupa com a criação de uma Secretaria especial para a Região Metropolitana, pelos absurdos que acontecem nesta área, pois sabemos que pelo êxodo rural, por uma política desastrosa no passado, aqui migraram tantas e tantas famílias procurando um lugar ao sol, em Curitiba e Região Metropolitana.

Por isso, eu queria justificar e cumprimentar o nobre Deputado, pela condição, pela profundidade da matéria que Vossa Ex-

celência coloca hoje nesta Casa.

Muito obrigado e parabéns, Deputado.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Eu agradeço e devo dizer à Casa que é evidente que ao iniciarmos a discussão da matéria, haveremos de ouvir o Deputado Caíto Quintana, que irá relatar em nome da comissão que ficou de analisar este projeto de lei. Infelizmente, não se concebe que esta Casa siga um caminho que não seja caminho do verdadeiro homem público, e que não aprove, que não se crie condições para aprovar um Projeto de Lei utilizando de artifícios que não condizem com aquela necessidade tão premente que temos de valorizar neste Poder Legislativo.

O Sr. Caíto Quintana- Permite-me um aparte Deputado? (Assentimento)

Deputado Adhail: Vossa Excelência já demonstrou da tribuna diversos aspectos e por diversos ângulos, a razão da aprovação da referida Mensagem Governamental. O aparte do nosso companheiro Acir Mezzadri, focaliza aspectos que justificam esta aprovação. E tenho certeza que Vossa Excelência, na continuidade e com maior profundidade, poderá atingir uma das razões que acho de vital importância, e que por si só justificam a aprovação desta Mensagem.

Quem são os maiores credores da CIC?

São os bancos oficiais. É o poder público que está desembolsado um empréstimo concedido para a instalação da Cidade Industrial, e que o Município de Curitiba, pela série de razões que Vossa Excelência coloca não tem como efetuar esse pagamento estipulado. Vale dizer, que o Município de Curitiba, acaba se tornando inadimplente, acaba pagando juros sobre juros, e o Estado não recebe o dinheiro lá aplicado através dos seus órgãos oficiais. Então, Deputado Adhail Sprenger Passos, se os bancos oficiais são os maiores credores e, se a Cidade Industrial, pela aprovação desta Mensagem, transferindo essa dívida para o Estado e o Estado, em contrapartida, recebe uma área de mais de 8 milhões e 500 mil metros quadrados, eu acredito que a transação interessa ao Estado e também ao Município. Porque sabemos que o plano do futuro Governador Álvaro Dias é, inclusive, da implementação do setor industrial no Estado do Paraná, porque ele é o grande gerador e propulsor do crescimento de um Estado. Obviamente, o Estado vai depender de áreas, áreas que hoje, na Cidade Industrial, estão ociosas e a dívida está aí, comprometendo o crescimento do Município de Curitiba que é a nossa Capital e que reflete o Estado do Paraná.

Eu acho que esse ângulo é fundamental para que todos nós, de todos os partidos,

possamos definitivamente entender a importância dessa medida para podermos dar continuidade ao crescimento do Parque Industrial do Paraná. E demonstrações já feitas, muitas e muitas vezes, pelo Governo, com o Plano Cruzado, mostram que o Paraná teve pouca recuperação econômica, exatamente porque é um Estado de matéria-prima apenas, e não industrializado. E precisamos industrializar o Estado do Paraná, pois, é ele quem pode utilizar a Cidade Industrial para ampliar o nosso Parque Industrial.

Parabéns, Deputado, pelo enfoque que Vossa Excelência dá.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Eu agradeço

o aparte de Vossa Excelência em que revisa aquilo que estamos há muito tempo afirmando: a estrutura econômica do Paraná é fundamentalmente de economia primária, agropastoril e de serviços; o setor secundário, por outro lado, representa um índice menor, e o setor industrial é um setor de ponta, é de indústrias altamente qualificadas - o que foi a minha grande crítica ao que se pretendeu fazer com relação à Cidade Industrial de Curitiba. Porque as indústrias instaladas na CIC, com poucas exceções, são indústrias que consomem matérias-primas produzidas em São Paulo. O que vem a ser o Paraná, por exemplo, conseqüentemente, um caudatário da economia paulista. E eu não preciso citar exemplos: máquinas agrícolas - de onde vem o aço? Vem de São Paulo. E eu poderia citar outras. Nós não temos no Paraná, indústrias voltadas para industrializar as matérias-primas oriundas dos trabalhos dos paranaenses. E precisamos não só em Curitiba, de indústrias desse tipo, como precisamos no Paraná inteiro, e no interior do Paraná, também, para que o setor industrial possa servir de dique ao êxodo rural, pois Curitiba é o receptáculo territorial para isso.

No interior, não há capacidade de reter este pessoal que foge da agricultura, pois esta não tem apoio suficiente do Governo Federal, e lá não tem, o setor secundário suficiente para poder reter esta gente.

Por isso, somos um dos Estados onde há o maior desequilíbrio regional, porque a Região Metropolitana de Curitiba, tem mais de um terço da população do Paraná e um território que corresponde a um percentual menor do que 10% do Estado.

De modo que, estamos com esse grande inconveniente para o Paraná como um todo. E chegamos a essa medida, depois de um ano de luta, um ano de reunião, um ano de conversa, e agora ela vem sendo retida, por uma medida que a Oposição faz nesta Casa, impedindo que se aprove uma das medidas

mais necessárias para o Paraná, demonstrando a sua incapacidade de serem homens públicos aqui nesta Casa ou fora dela.

Porque, evitar a tramitação de processos como este, é uma prova de antiparanismo dos mais elevados. E quero aqui, com toda ênfase, mas com a consciência tranqüila, reafirmar que quem faz isto, não é paranaense.

O Sr. Tadeu França - Concede-me um aparte Deputado? (Assentimento).

Deputado Adhail Sprenger Passos, nós, mais uma vez, o cumprimentamos pela firmeza cívica, até mesmo pela empolgação com que Vossa Excelência vota em questões de tão elevado alcance.

O que nós gostaríamos efetivamente, além dos nossos cumprimentos pelo seu brilhante pronunciamento, seria enfatizar a necessidade de que os Municípios do Paraná possam vir a ter, num futuro próximo, o respaldo, o apoio, a garantia que passa a ter hoje, a Cidade Industrial de Curitiba em termos de priorização pelo Governo do Estado do Paraná.

Da nossa parte, nós que lutamos sempre, não apenas pelo fortalecimento industrial do nosso Estado como um todo, ou melhor dizendo, da Capital, mas também, dos Municípios do Interior, gostaríamos que esta prática do Governo do Estado, co-responsabilizando-se pela evolução industrial do nosso Estado e, especificamente, naquilo que nos diz respeito, de uma forma mais próxima, viesse a ser a tônica a corroborar, não apenas o atual, mas o próximo Governo também.

Gostaríamos, portanto, que todos os Deputados permanecendo no Plenário, pudessem num exato momento como este, de tanta importância, de tão alta relevância para o Paraná, dar o seu "sim", fazendo com que as suas palavras que fundamentaram sobejamente a razão de ser daquilo que precisa ser uma política paranista, viesse de fato a ser a tônica fundamental do amanhecer do Paraná que todos nós almejamos.

É por essa razão, que aguardamos a Bancada Peemedebista coesa e sintonizada, e temos absoluta certeza, nos mesmos anseios e ideais já propugnados por Vossa Excelência, que gostaríamos de reiterar o apelo para que esta Casa fechasse, a favor do desenvolvimento e fortalecimento industrial da nossa Capital, da nossa Região Metropolitana, do nosso Paraná, que Vossa Excelência, mais uma vez, portanto, ao término desta Legislatura, nós o cumprimentamos pela firmeza, pelo civismo e pelo paranismo com que mais uma vez corrobora e fundamenta a sua passagem por esta Casa e a sua continuidade como um brilhante político de que todos nós nos orgulhamos.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Muito obrigado.

Eu queria me dirigir, neste momento, aos Deputados Basílio Zanusso, Augusto Carneiro, Tércio Albuquerque, Werner Wanderer e Fuad Nacli e a todos os demais Deputados da Oposição.

Queria me dirigir a Vossas Excelências, para não se deixarem levar por uma situação momentânea, porque espero que confiem naquilo que está dentro do meu espírito, daquilo que está na minha mente, e plena convicção de que este Projeto de Lei, fruto de um trabalho, como eu disse, demorado, que implicou em vencer dificuldades as mais variadas, que não são de hoje, são de decênios, mas que conseguimos superar, elaborando um Projeto de Lei que vem dar, não a Curitiba, mas ao Paraná e ao seu Governo, ao Governo Estadual, melhores e maiores condições para levar a todo o Estado, inclusive a Foz do Iguaçu, Deputado Tércio Albuquerque, porque a Prefeitura de Curitiba está dando fonte de recursos para obter recursos em terras, altamente valorizadas,...

(É retirado o som).

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Está encerrado o horário de Vossa Excelência.

O SR. NESTOR BAPTISTA - (Pela Ordem) O Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos pode falar no Horário da Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Vossa Excelência continua com a palavra, ficando prejudicada a inscrição do Senhor Deputado Rubens Bueno, se Vossa Excelência ocupar todo o espaço.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Agradeço ao Deputado Nestor Baptista e ao Deputado Rubens Bueno e a Vossa Excelência. Senhor Presidente, por permitir que eu, em continuidade diga as Vossas Excelências Deputados da Oposição, que os respeito extraordinariamente. Mas, acreditem neste Deputado, que muitas vezes até agora, recentemente lá na Prefeitura de Curitiba na condição de Vice-Prefeito desta Capital, mas também nos órgãos oficiais financeiros do Estado e no próprio Governo junto às assessorias, nos debruçávamos para encontrar uma solução. Não uma solução que favorecesse o Governo atual da prefeitura de Curitiba, mas que favorecesse a população, que favorecesse o Paraná.

Peço que Vossas Excelências entendam, inclusive, a urgência da matéria. Se ela não veio em tempo devido, para que continuássemos a debater com mais tempo, foi porque a conclusão a que chegamos, é para que, ninguém ficasse prejudicada. Ela foi

lançada há poucos dias, há semanas atrás e, por isso, veio neste Período Extraordinário e eu insisti que ela viesse no Período Ordinário para que eu não fizesse apenas pronunciamento, que ora, pretendo concluir, que me debruçasse para mostrar outras facetas que estamos deixando de analisar, como aquela que, para concluir, jogo no Plenário, que diz respeito ao fato de que uma importância considerável que tenho aqui anotado, de juros e de serviços da dívida, deixam de ser aplicadas desde que a dívida seja paga junto aos bancos oficiais. E, anualmente, Senhor Presidente e Senhores Deputados, esta dívida da Prefeitura de Curitiba com os bancos oficiais do Estado, acresce doze milhões de dólares por ano, computados aí as taxas hoje vigentes.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, cumpre também destacar, eu ia esquecendo, e considero importante, que a dívida não é totalmente transferível ao Estado, porque 100% dela ainda fica com o Município de Curitiba, permanecendo sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Curitiba a importância de quase 17 milhões de dólares correspondendo aproximadamente à 17% do total da dívida. Restam 83% e desses 83%, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a metade, cerca de 40% do que o Estado assume, já estão acertados com os credores, à forma de pagamento e, acertado de forma a dar um período de carência que possa, naturalmente, dar condições ao próprio Estado, vendendo os imóveis que recebe, auferir recursos para pagar a dívida.

Vejam Vossas Excelências, que poderia continuar informando sobre outras facetas para mostrar aqui, a solução de um grave problema que aflige...

O Sr. Acir Mezzadri - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Adhail Sprenger Passos está existindo um certo desentendimento por parte dos Senhores Deputados, uma questão de interpretação. Estão entendendo que o estado estaria assumindo apenas a dívida da CIC, mas, pelo que estou entendendo, o Estado está assumindo o débito e também o crédito, o patrimônio da CIC, que segundo me consta é superior ao débito.

É necessário que se deixe bem claro nesta Casa, porque este ICM, que não é de Curitiba, como já foi dito, é o ICM do Paraná e a infra-estrutura de transporte e de tudo aquilo que é preciso para manutenção da CIC, isto sim, é encargo da Prefeitura de Curitiba. Portanto, nobre Deputado, gostaria que Vossa Excelência, no seu pronunciamento, nos trouxesse este esclarecimento para que possam os Senhores Deputados entenderem que a CIC está sendo

assumida no seu ativo e no seu passivo.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Nós, já de certa forma, explicitamos se o Estado recebe a dívida, já de há muito tempo tinha a receita do ICM, mas terá também a continuidade desta receita em cerca de 96%, para distribuir uma parcela destes 96% aos Municípios do Interior, também terá a receita a ser auferida pela venda daquela área que consta no próprio projeto de lei.

Uma área de terreno extremamente valorizada. Portanto, se assume as responsabilidades com a dívida é evidente que a Prefeitura não apenas transfere essa dívida, mas também, transfere aos municípios, bens imóveis, transfere ao Estado bens imóveis, para que o mesmo possa, com seu processo de industrialização que se inicia, auferir renda, para poder, além de pagar a dívida, ter recursos para desencadear o processo de industrialização que o Paraná precisa.

A coisa está clara, Deputado Acir Mezzadri, e por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, confiando que hoje nós retiraremos este projeto em discussão, ouvindo inclusive o Parecer oral do Relator, Deputado Caíto Quintana, haveremos de aprovar e esta Casa há de dar, nesta Legislatura, uma homenagem ao Paraná, solucionando um dos graves problemas que a Administração Pública do nosso Estado, Município do Estado têm, e resgatando uma dívida extraordinária que o passado contraiu com a população de Curitiba e do Paraná.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Continuando o Horário das Lideranças, a Mesa consulta à Liderança do PDS. (Pausa). Consulta à Liderança da Frente Liberal. Ausente.

Com a palavra o Senhor Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Não era minha pretensão vir à Tribuna, neste instante, mas, já que meu nome foi lembrado pelo ilustre Deputado Adhail Sprenger Passos, estou aqui para dizer de meu posicionamento com relação à dívida da Cidade Industrial, de oitenta e dois milhões de dólares, para a responsabilidade do Estado.

Estou nesta Casa, ao longo de quatro Legislaturas. A minha presença e o meu voto jamais faltaram aos interesses, não só da Cidade Industrial de Curitiba, como também à Capital Paranaense e de todo o Estado: mas, fico a me perguntar, Senhores Deputados: por que votarmos mais oitenta e dois milhões de dólares no Período Ex-

traordinário? Por que o Estado e esta Casa, tão rapidamente, precisam assumir uma dívida que não foi feita pelo Estado? Por que a Cidade Industrial de Curitiba, num Estado endividado, o PMDB não fazia outra coisa, quando oposição, em criticar os Governos anteriores pela dívida externa do Estado? E, segundo o Deputado Luiz Alberto Oliveira, não foi contestado pela maioria desta Casa, a dívida do Estado que era da ordem de 350 milhões, quando o PMDB assumiu o Estado, está, hoje, por volta de 800 milhões de dólares, e com previsão de mais de 900 milhões para o exercício de 1987!

Sou, Deputado Adhail Sprenger Passos, a favor da Mensagem que responsabiliza o Estado por mais 82 milhões de dólares. Mas, eu gostaria de saber o que foi feito? Os Deputados desta Casa gostariam de saber para onde foram os 82 milhões de dólares? Quais foram as obras? Pelo menos, isso!

Porque nós, os representantes do Interior, também temos as nossas reivindicações. Por exemplo: em decorrência das chuvas destes dois últimos dias, o Município de Paranacity teve um prejuízo da ordem de Cz\$ 1.500.000,00, valores ou valor que aquela administração não pôde atender porque tem os serviços que exigem a presença imediata da Prefeitura, na recuperação de estradas e pavimentação de ruas, de represas, de serviço de combate à erosão.

Qual vai ser a medida do Governo do Estado, em favor de Paranacity?

O Senhor Deputado Tadeu França, num aparte breve que fazia ao Deputado Adhail Sprenger Passos, também dizendo-se favorável para que o Estado se responsabilizasse por esses 82 milhões de dólares! O ilustre Parlamentar que vai fazer parte da Grande Assembléia Constituinte, representante de Maringá e do Norte do Paraná disse, há pouco, que gostaria que essa providência do Governo do Estado se estendesse também aos municípios do Interior, porque também nós produzimos o ICM, produzimos café, cereais, produzimos leite tabelado a preço insignificante.

A agricultura massacrada e sofrida pelas últimas medidas do Brasil, do Governo Nacional que prejudica os interesses da agricultura. A agricultura também não é lembrada agora, que também produz ICM com sacrifício de longos anos. Qual será a providência do Governo do PMDB, em favor dos municípios que têm basicamente na sua economia a produção agrícola?

Por isso, Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, já que Vossa Excelência citou-me nominalmente, é que nós também refletimos antes de votar. Nós nos questionamos.

Há também aí, logo após a solicitação do Executivo para que se assumam 82 milhões de dólares, objeto da nossa discussão, uma

solicitação de mais de setecentos milhões de dólares, Senhor Deputado, que o Estado se responsabiliza, setecentos milhões de dólares para a construção de Salto Segredo, tão combatida pelo PMDB. Quantas vezes os Deputados do PMDB disseram nesta casa, e os Anais estão aí, que não se podia mais represar as águas do Estado; não podia mais diminuir o espaço territorial para a produção de soja e outros produtos agrícolas do Estado; que as nossas terras mais férteis estavam sendo tomadas por águas, cuja energia o destino não era o Paraná.

Setecentos milhões de dólares, Senhor Deputado, seiscentos dos quais para a construção da Usina de Salto Segredo. E os outros cem milhões de dólares, apenas a Mensagem faz alusão mas, não se sabe o seu destino. Não fomos sequer informados, Senhor Presidente, com clareza, mas cem milhões de dólares nunca, jamais neste Estado se comprometeu tanto a nossa e economia externa e internamente num Período Extraordinário, às vésperas de um Natal e Ano Novo, a toque de caixa, como que se fôssemos obrigados.

E o que é que vamos dizer lá fora, Deputado Adhail Sprenger Passos, para os nossos eleitores? Como vão ficar os nossos municípios que a cada dia, se fala aqui na necessidade de uma reforma administrativa, que os Municípios empobrecidos não têm condições de atender às mínimas necessidades dos seus municípios, das obras reclamadas, mais que isto e ao contrário disto, os municípios estão se endividando a exemplo do Estado, através do PRAM, e em alguns municípios, as obras são inteligentemente construídas. Os recursos do PRAM são honestamente direcionados, às vezes...

(TÍMPANOS)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) Senhor Deputado, a Mesa lamenta informar, mas o seu horário está esgotado e a Mesa concede-lhe mais alguns segundos para concluir sua oração.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Muito obrigado, Senhor Presidente.

A exemplo do Estado do Paraná, repito, além de Curitiba, quase trezentos municípios estão se endividando em dólares pelo PRAN. (Programa de Ação Municipalista ou Municipal).

Eu apresentarei, por ocasião da 2ª Discussão do Projeto de Lei que discutimos hoje, Senhor Presidente, uma emenda, uma proposição para que esta atenção especial do Governo do Estado com a cidade Curitiba, chegue a todos os municípios comprometidos pelos empréstimos externos, especialmente os do PRAM.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara A Mesa consulta à Liderança do PTB, se deseja fazer uso do seu tempo. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PCB. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PL. (Pausa).

Ausente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Senhores Deputados.

Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Comissão Executiva, constante do expediente, solicitando autorização para que o Senhor Governador do Estado ausente-se do País, mediante comunicação expressa à Comissão Executiva deste Poder, no período de recesso parlamentar. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria dos Senhores Deputados Luiz Alberto Oliveira e Antônio Annibelli, constante do expediente. necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando preferência na discussão e votação sobre todas as matérias constantes da Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje, para o Projeto de Lei n. 295/86. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, com apoio do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando preferência de votação para os projetos de Lei n. 295 e 296/86, sendo o primeiro oriundo da Mensagem Governamental n. 167/86 e que visa autorizar o Poder Executivo a instituir a Fundação Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão, e o último, oriundo da Mensagem Governamental n. 168/86, objetivando autorizar o Poder Executivo a instituir a Fundação Federação Estadual de Instituições Superiores do Oeste do Paraná - UNIOESTE. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, com apoio do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando preferência na votação sobre todas as matérias constantes da Ordem do Dia de hoje, para o Projeto de Lei n. 291/86. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

De conformidade com os requerimentos de preferência de votação acima aprovados:

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 295/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 167/86), que objetiva autorizar o Poder Executivo a instituir a Fundação Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão, com sede e foro na cidade do

mesmo nome, conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 296/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 168/86), que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Federal Estadual de Instituições de Ensino Superior do Oeste do Paraná - UNIOESTE, com sede e foro na Cidade de Cascavel, e de outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA.

Sobre o referido projeto, Emenda de Plenário nos seguintes termos:



"EMENDA DE PLENÁRIO
AO PROJETO DE LEI N. 296/86



Inclua-se onde couber:

Art.... - Ficam transferidos, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo, na forma do disposto do artigo 34, da Lei n. 7784, de 14 de dezembro de 1983, os cargos estatutários e respectivos ocupantes efetivos, que tenham exercido dois mandatos legislativos estaduais".

Sala das Sessões, em 20/12/86.

(a) FRANCISCO ESCORSIN

Apoiamento: Edgard Pimentel,
Orlando Pessuti,
Amélia Hruschka,
Quielse Crisóstomo,
Sabino Campos,
José Antônio Fonseca,
Eduardo Baggio,
Homero Oguido,
Dirceu Manfrinato,
Ervin Bonkoski,
Rubens Bueno,
Osvaldo Alencar Furtado,
Wilson Fortes,
Nestor Baptista,
Adhail Sprenger Passos,
Airtton Cordeiro,
Caíto Quintana,
Nelson Vasconcellos,
Tadeu Lúcio Machado,
Herma Brandão,
Werner Wanderer,
Ezequias Losso,
Antônio Annibelli,
Anibal Khury,
Erondy Silvério,
Artagão Mattos Leão,
Edmar Luiz Costa,
Tadeu França,
Basílio Zanusso,
Ivan Gubert,
Odeni Mongruel e
Sérgio Spada.

Em discussão o Projeto e a Emenda.

O SR. RUBENS BUENO (Para discutir)- Senhor

Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Estamos, nesta manhã do dia 20 de dezembro de 1986, votando duas matérias da maior importância para o Oeste e Centro-Oeste do Paraná. Duas regiões de expressão econômica. Duas regiões que traduzem a riqueza do Paraná, no campo agrícola e no início do caminho da industrialização. Refiro-me, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, aos Projetos de Lei n. 295 e 296/86, que tratam da estadualização da Faculdade de Ensino Superior de Campo Mourão, e das Faculdades de Marechal Cândido Rondon, Foz do Iguaçu, Toledo e Cascavel, respectivamente.

(A seguir, passa a ler o seguinte pronunciamento):

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

"Quando, em 12 de abril de 1983, ainda no limiar do nosso mandato, apresentávamos a esta Casa o Projeto de Lei que estadualizava a Fundação de Ensino Superior de Campo Mourão, sabíamos de antemão quão árdua seria a tarefa de ver concretizado este desejo. Desejo que não era nosso somente; éramos e somos até hoje representantes de uma população trabalhadora, ordeira, do Centro-Oeste do nosso Estado, que deseja para seus filhos, o conhecimento, a cultura, que muitos, por circunstâncias alheias à sua vontade, não tiveram acesso. E a FUNDESCAM, situada em Campo Mourão, sede de microrregião que congrega dezenove outros municípios, representava antes de mais nada, um marco histórico-cultural de indiscutível importância para o momento desenvolvimentista experimentado pela vasta região da "CONCAM".

No entanto, e foi esse o mobil do nosso Projeto, a FUNDESCAM vinha lutando com as mais diversas dificuldades; o fato de ser uma instituição de ensino mantida quase que exclusivamente pelo Poder Público Municipal, dá-nos a exata dimensão do problema. Efetivamente, a Prefeitura de Campo Mourão não foge à regra geral das administrações municipais brasileiras; o excesso de centralismo por parte do Governo Federal no que diz respeito aos recursos provenientes do recolhimento dos tributos, bem como a parca redistribuição desses recursos, acaba por interferir pesadamente nos programas a serem desenvolvidos nos municípios, com prejuízos evidentes aos setores de saúde, de educação e outros. Por esse motivo estava-se tornando praticamente inviável o repasse de verbas municipais para a FUNDESCAM; em consequência aumentaram as mensalidades e a evasão. Os professores mal remunerados e desestimulados é evidente em face de tudo isto, e da carência de recursos científicos e didáticos, como laboratórios devida-

mente aparelhados e bibliotecas bem supridas de obras atualizadas, caiu sensivelmente a qualidade do ensino.

Um ano após a apresentação do Projeto de Lei n. 26/83, por ocasião da sua Redação Final, começaram a chegar, a esta Assembléia, as primeiras moções de apoio da comunidade mourãoense, solicitando o necessário apoio por parte da comunidade Parlamentar àquele documento. E não fosse o constante apoio de Campo Mourão e região, este Projeto não teria seguido avante. Tanto é verdade que, quando em 23 de maio de 1984, o Governador José Richa vetou aquela proposta, a sociedade de Campo Mourão e toda a microrregião só sossegou quando esta Assembléia derrubou o veto. E aqui, quero deixar, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o meu agradecimento a todos aqueles paranaenses, aos integrantes desta Casa que nos emprestaram a sua ajuda e seu inestimável apoio. Em muitas outras oportunidades, aquela vastíssima e rica região do Centro-Oeste do Paraná demonstrou estar atenta ao desenrolar dos acontecimentos. Através da criação do movimento regional pró-estadualização da FUNDESCAM, encabeçada pelo Doutor Ribeiro Ferraz, os corpos discentes, encabeçada pelo Diretório Acadêmico Rui Barbosa, pelo seu Presidente Orlando Jesus e Vanda Gonçalves Paiva. Passou a exigir a aplicação prática da Lei n. 02/84, promulgada pela Assembléia Legislativa. Exigia-se nada mais do que a aplicação das novas diretrizes educacionais, propostas pela Nova República, na democratização da educação, do resgate do papel da universidade no atual contexto político social, como sendo grande fórum de debate dos problemas nacionais.

Mas, para isso havia necessidade que as autoridades se sensibilizassem para o problema do ensino superior.

Foi por isso, que em duas oportunidades, acompanhados pela direção da FUNDESCAM, estivemos em Brasília, em audiência no Ministério da Educação, com a finalidade de conseguir a federalização do Colégio Agrícola de Campo Mourão, também mantido pela FUNDESCAM.

Mas, ao falarmos em sensibilidade temos que lembrar que José Richa, finalmente, ao deixar o seu Governo, e a Professora Gilda Poli, Secretária da Educação, assinaram o Convênio Governo do Estado-Prefeitura Municipal, dando decisivo passo para a tão almejada estadualização.

Concedo, pela Ordem, aparte ao Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos.

O Sr. Adhail Sprenger Passos- Quero apenas, nobre Deputado, declarar meu voto inteiramente favorável à estadualização das faculdades do interior. Acho que o Es-

tado tem que assumir também essa responsabilidade, entre outras, principalmente neste caso, e quando queremos um processo de industrialização, não se pode prescindir na atuação das universidades, no campo da pesquisa científica e tecnológica e, principalmente, pela omissão do Governo Federal e do Ministro da Educação, Senador Konder Bornhauser, do PFL, para com o ensino superior, pois de acordo com a Constituição, é de responsabilidade do Governo Federal.

O SR. RUBENS BUENO - Agradeço o aparte de Vossa Excelência. A seguir, vou ouvir a Deputada Amélia Hruschka, e em seguida, concedo o aparte ao Deputado Eduardo Baggio.

A Sra. AMÉLIA HRUSCHKA - Deputado Rubens Bueno.

Esses são os gratos momentos da vida política de Campo Mourão, da região e do Paraná. Os nossos agradecimentos a esta Casa, a todas as Bancadas, aos Deputados representantes da região de Campo Mourão, que não mediram esforços, juntos conscientizados da grande importância da estadualização da Faculdade de Campo Mourão, à comunidade, aos estudantes, aos prefeitos da microrregião, ao ex-Prefeito de Campo Mourão Agostinho Vechos, grandes nomes que esta Casa teve a felicidade de ver representando a nossa região, como Armando Queiroz, Augusto Carneiro, Milton Luiz Pereira, que saiu de Campo Mourão para vir representar este Estado, na área Federal.

A todos, os nossos agradecimentos, porque quem ganha com a estadualização da Faculdade de Campo Mourão, é o Paraná, porque de lá, ouvindo os nossos porta-vozes aqui na Assembléia, o nosso pedido, a nossa voz foi ouvida.

Obrigado Governador do Estado, João Elísio Ferraz de Campos, que não mediu esforços para que Campo Mourão pudesse, hoje, estar festejando a estadualização da sua Faculdade. Os nossos agradecimentos a você, Deputado Rubens Bueno, pela feliz idéia junto conosco comungar do mesmo ideal.

Campo Mourão está de parabéns, mas, está de parabéns também o Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. RUBENS BUENO - Agradeço o aparte de Vossa Excelência. É importante lembrar, nesta ocasião, a decisiva participação da direção da escola, através do Professor Doutor Antonio Carlos Ribas Malaguine, e do Presidente da FUNDESCAM, professor Agenor Cru, ambos, em determinadas ocasiões, e principalmente no dia-a-dia, fizeram com que esta luta se tornasse realidade, não só com suas presenças, mas, tam-

ben com a efetiva participação e dedicação exclusiva, para que a nossa Faculdade, enfim, fosse estadualizada.

Concedo o aparte, com muito prazer, ao Deputado Eduardo Baggio.

O Sr. Eduardo Baggio - Obrigado, nobre Deputado.

Queria parabenizar, nessa oportunidade, a todos os representantes políticos e não políticos de Campo Mourão, e região, e também da região de Cascavel, pelo esforço, pela união que tiveram nesta conquista que hoje se realiza, quando da luta incansável pela estadualização de ambas as Faculdades, tanto a de Campo Mourão, como a de Cascavel.

Quero parabenizar ao nobre Deputado, à Deputada Amélia Hruschka, ao Deputado Augusto Carneiro, ambos de Campo Mourão, que lutaram e discutiram muito, independente de sigla partidária, independente de facções políticas, mas lutaram por um ideal comum, que era o bem da sociedade e o bem da sua região.

Espero que na próxima legislatura, possa também, juntamente com todos os meus companheiros Deputados, poder ter esta mesma alegria que hoje vocês têm nesta Casa, juntamente com o povo de sua região; ter também, esta mesma satisfação, em poder estadualizar, em poder fazer com que o Poder Executivo, também venha a participar da Faculdade de Ciências e Letras de Paranavaí.

Espero, é evidente, que a direção daquela Faculdade venha a fazer, e parta dela, evidentemente, um pedido para que aquela Faculdade seja estadualizada, e venha incorporar-se com as demais faculdades de todo o Estado do Paraná, porque é uma Faculdade que tem uma estrutura enorme, e nos dias de hoje, tenho certeza, como Vossas Excelências, também, estavam passando por dificuldade financeira. A região é muito grande, e temos que dar o respaldo político para que elas possam permanecer em evidência, e possam formar cada vez mais, melhores alunos.

Aos Senhores Deputados de Campo Mourão, os meus cumprimentos e, espero, como já disse, poder contar com Vossas Excelências, no ano que vem, para estadualizarmos a Faculdade de Paranavaí.

Muito obrigado, Senhor Deputado.

O SR. RUBENS BUENO - Deputado Eduardo Baggio, a região de Campo Mourão, pela sua população tem a agradecer aos cinqüenta e oito Senhores Deputados que prestigiaram na aprovação do nosso Projeto de Lei inicial, em 1983, que nos apoiaram na derrubada ao veto que o Governador havia dado ao nosso Projeto. E agora, mais, uma vez, através de uma demonstração que é

possível a esta Casa ter perante à população, o respeito, e este mais uma vez adquirido pela nossa região, pela região toda do Oeste, e o respeito a todos àqueles que não mediram esforços para que este Projeto chegasse ao final de nossa Legislatura, fazendo dessa aprovação uma realidade. Agradecimento à Mesa da Assembléia que não mediu esforços, também, para que fosse possível colocar na Ordem do Dia, dentro dos limites legais das normas desta Assembléia, para que o Projeto fosse aprovado em tempo.

Concedo o aparte, Pela Ordem, com muito prazer, ao Senhor Deputado Augusto Carneiro e, em seguida, ao Senhor Deputado Nilso Sguarezi.

O Sr. Augusto Carneiro - Pedi um aparte, apenas para me parabenizar com Vossa Excelência e com os Membros desta Casa, num momento muito feliz para Campo Mourão. Feliz porque vemos mais uma vitória, uma grande vitória de suma importância para a área do estudo da região Oeste do Paraná.

E rememoramos aqui, na palavra de Vossa Excelência e na palavra de outros ilustres Senhores Deputados, fatos importantes de como custa sacrifício de alguns, para que se construía alguma coisa de concreto. E, lembramos do início da Fundação de Ensino de Campo Mourão, quando tive a felicidade de ser Vereador daquela comunidade, difícil e muito difícil foi a tarefa de organização da Fundação. E com coragem, os homens da época assumiram aquela responsabilidade e fundaram a Fundação de Ensino Superior de Campo Mourão. Tivemos fases difíceis de lutas para reconhecimento da Faculdade, onde muitas viagens a Brasília foram feitas num período onde Campo Mourão era menor que hoje, e por isso dificuldade se encontrava para poder seguir no seu processo de elaboração do ensino superior naquela região.

Vieram depois, no reconhecimento, numa luta árdua, a necessidade de criação de novos cursos, novos processos se instauraram e assim, nessa jornada e nessa caminhada chegamos hoje à mais uma vitória. E lembro, aqui, com satisfação, de que quando esta casa aprovou o Projeto de Lei de autoria de Vossa Excelência, por unanimidade, foi ao Chefe do Executivo e lá houve o veto por parte do Executivo do Paraná e que esta Casa também, soberana e sabiamente, derrubou-o, aprovando o Projeto, mesmo assim, ele não tinha sido considerado. E, agora, no encaminhamento desta Mensagem do Governo, de reconhecimento do ensino superior de Campo Mourão, vemos reparado um grande e grave erro do passado e por isso nos sentimos felizes e me parabenizo com Vossa Excelência que trabalhou arduamente para que se consumasse esse processo.

Estivemos colaborando na medida do possível, sempre que fomos chamados a essa responsabilidade, tanto eu quanto a Deputada Amélia Hruschka e todas as pessoas que representam e lutam pelo progresso daquela região, estamos todos de parabéns.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. RUBENS BUENO - Deputado Augusto Carneiro, Vossa Excelência sabe do nosso reconhecimento, do reconhecimento da população, do apoio que deu à tramitação deste Projeto. E, mais uma vez, temos a agradecer a sua participação de efetiva colaboração para o bom andamento desse processo.

Concedo aparte ao Deputado Nilso Sguarezi.

O Sr. Nilso Sguarezi Nobre Deputado Rubens Bueno, Vossa Excelência merece parabéns pela persistência com que se houve e conseguiu com que esse objetivo se concretizasse. Assim como, acredito que toda a Casa se empenhou e lhe deu o apoio.

Faria uma colocação a todos os colegas, principalmente a força do estudante paranaense, para que começássemos o ano de 1987 com uma outra realidade.

Vimos, recentemente, na França, e estamos assistindo agora na Espanha e em várias Nações do mundo, o estudante a se mobilizar por melhores condições e mais fáceis condições de ensino. Na França, chegaram, graças à manifestação estudantil, a fazer com que o Governo recuasse no projeto de privatizar a universidade francesa.

Na Espanha, de igual modo, a mobilização estudantil começa agora. Assistimos ontem e quem leu o noticiário viu que o Presidente Sarney, incrivelmente, federalizou a Universidade de São João Del Rey, em Minas Gerais, passando assim, o Paraná, este Estado que se debate para que tenha universidades federalizadas, mais uma vez, foi passado para traz.

Gostaria de fazer uma convocação a esta Casa, principalmente porque novas vozes estarão lá em Brasília, também, lutando para que o Governo Federal dê ao Paraná, a justiça que hoje este Estado reconhece aos Municípios de Campo Mourão e Cascavel, atualizando as suas Faculdades.

Acho que é uma tese que está acima dos partidos políticos, suprapartidária, porque é uma tese paranista, é uma tese paranaense. Precisamos que a União, realmente se conscientize e a justiça ao Paraná seja feita para que tenhamos universidades federalizadas. Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, são os Estados que possuem maior número de universidades federalizadas e estamos assistindo agora, numa homenagem ao constituinte mais votado por Minas Gerais, o neto de Tancredo Neves, que o Presidente da Re-

pública lhe brinda ostensivamente, pisando em cima da opinião pública do Paraná e de outros Estados que não tem universidades federalizadas, mais uma vez o Poder Central vai beneficiar aqueles que já estão beneficiados.

Acredito e quero contar a Vossa Excelência do levantamento e da sustentação dessa tese da federalização das nossas universidades, porquanto, o Estado do Paraná com essas medidas que agora toma, de estadualizar algumas faculdades municipais, terá um ônus ainda maior do que já vinha tendo e do que já vinha suportando em função exatamente dessa discriminação do Poder Central, que não arca com esta responsabilidade de dar ao Paraná, ou de retribuir ao Paraná, de compensá-lo do direito legítimo que ele tem.

Por isso, ao cumprimentar Vossa Excelência, deixo à Casa uma convocação para que todos juntos, principalmente a classe política, cobre e façamos realmente, com uma mobilização e se não fôr possível, com um protesto cobrando intransigentemente, do Governo Federal, para que justiça se faça ao nosso estudante paranaense.

Muito obrigado.

O SR. RUBENS BUENO - Muito obrigado. Não tenho dúvida, Deputado Nilso Sguarezi, e quero registrar também, a sua efetiva participação nesta vitória, quando Líder da Bancada e quando Presidente da Casa. Quero agradecer em nome de Campo Mourão e de toda a região, e tenho certeza que Vossa Excelência, como legítimo representante do Paraná, em Brasília, fará todos os esforços no sentido de conseguir para o nosso Estado, aquilo que não foi conseguido até esta data.

Concedo aparte ao Senhor Deputado Tadeu França.

O Sr. Tadeu França Deputado Rubens Bueno!

Junto com os nossos cumprimentos pela proposição da matéria tão polêmica da estadualização da Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão, cumprimos, também, os seus colegas Parlamentares: Deputada Amélia Hruschka e deputado Augusto de Oliveira Carneiro da mesma Cidade de Campo Mourão, e gostaríamos, também, de registrar a nossa grande alegria por esta brilhante conquista, porque temos a satisfação, Deputado Rubens Bueno, de ter sido Professor desta Faculdade de Campo Mourão, durante os quatro primeiros anos de funcionamento desta Escola Superior.

Gostaríamos de registrar, também, em nosso aparte, uma menção especial ao prefeito de Campo Mourão, Professor José Pachapski que, na época, primeiramente como Secretário desta Faculdade e posteriormente

como diretor, envidou todos os esforços para que esta conquista viesse a tornar-se realidade.

Gostaríamos imensamente, que outras regiões importantes do Paraná, como Paranavaí e Umuarama, pudessem vir a ter esta conquista que é de tão valiosa importância. Maringá, Londrina e Ponta Grossa cujas Universidades sempre têm convivido com problemas e mais do que nunca precisam ser bandeiras em termos de uma federalização que não pode mais tardar.

Senhor Deputado Rubens Bueno, os nossos cumprimentos, portanto, e a certeza de que o legislativo usando como Vossa Excelência usou, propondo leis que pela pequena alçada daquilo que é viável ao Legislativo, seria até mesmo impossível, mas abrindo espaço excessivo, criou uma visão política de que esta conquista possa tornar-se realidade.

De nossa parte, portanto, como ex-professor daquela faculdade os nossos efusivos cumprimentos.

O SR. RUBENS BUENO - Agradeço o aparte de Vossa Excelência e relembrando os tempos de professor da Faculdade de Campo Mourão, Vossa Excelência deixou a marca de um profundo conhecedor e professor experiente - um intelectual respeitado.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Encontra-se hoje nesta sessão, sendo objeto de 3ª Discussão a Mensagem n. 167/86, que muito mais do que a meia dúzia de páginas que a formam, consubstancia a coragem, a insistência, a perseverança e, acima de tudo, a esperança de toda a microrregião de Campo Mourão, em continuar tendo no seu seio uma instituição de ensino do quilate da agora denominada "Facilcam" - Fundação Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão.

As perspectivas que se delineiam para todos aqueles que de algum modo, no dia-a-dia, participam da instituição são promissoras.

Acreditamos que, a qualidade do ensino a remuneração do corpo docente, aparelhamento científico-didático voltem aos níveis desejados, em face do suporte financeiro fornecido, mensalmente, pelo Estado e destinado às despesas de implantação e funcionamento, no total de Cz\$ 11.388.500,00.

A medida atende os superiores interesses do Estado e vem de encontro às novas propostas para a educação.

Somente deste modo, se possibilitará o expressivo desenvolvimento da educação superior e da pesquisa, promovendo melhor divulgação científica, tecnológica e cultural, ensejando maiores oportunidades de acesso de toda a população da região a cursos de nível universitário o que, sem

dúvida, dará seguimento o desdobramento aos acentuados índices de progresso experimentados na região. Por outro lado, estaremos retirando dos ombros da administração municipal, já por demais sobrecarregados, esta pesada responsabilidade, favorecendo para que os recursos do município sejam carreados a outras áreas de atuação.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, foi possível estadualizar a Faculdade de Campo Mourão, e está sendo possível estadualizar as Faculdades do Oeste e criando a UNIOESTE. E aqui, quero deixar os nossos sinceros agradecimentos aos Deputados do Oeste: Mário Pereira, Edgard Pimentel, José Antônio, Sérgio Spada, Tércio Albuquerque, Gernote Kirinus e Werner Wanderer, além do grande amigo, Deputado Sabino Campos. A todos eles que participaram com força e determinação para que isso acontecesse, deixamos aqui o nosso agradecimento.

Ao Prefeito Municipal de Campo Mourão, Professor José Pochapski, que não faltou em momento algum com seu apoio e sua dedicação para este sucesso, à Câmara Municipal de Campo Mourão que votou um convênio aqui aprovado rapidamente, fazendo com que fossem atendidas as obrigações e requisitos estabelecidos naquele documento.

À CONCAM - Comunidade dos Municípios de Campo Mourão -, através dos seus Presidentes Elcio Garcia Segura, Ivo Brunetta, Joaquim Antônio de Lima e o atual Presidente Eurides V. Brero. Ao presidente da CANDOSE - Associação das Câmaras Municipais da Microrregião Doze, através do seu atual Presidente Eduardo Viano Pereira, dos ex-Presidentes, Antônio Bernardino Neto, Paulo Merlim Ribas e aos ex-Presidente Efigênio José Carneiro. A todos eles, a nossa gratidão. À Associação Comercial e Industrial de Campo Mourão, através do Sr. Edimar Delefe. A todas as entidades Lions, Rotary que não faltaram em momento algum, com seu apoio.

Campo Mourão e região, mais uma vez precisa dos seus apoiantes na nossa penosa, mas gratificante batalha pela estadualização da sua faculdade.

Tenho certeza, também, de que mais uma vez o seu comprometimento com a causa educacional do seu povo fale bem alto, premiando a região Centro-Oeste com uma faculdade estadual.

Registro aqui, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a presença dos companheiros acadêmicos do Diretório Acadêmico Rui Barbosa: Orlando Jesus, Wanda Gonçalves Paiva, e o representante do Diretor da Faculdade de Campo Mourão, Dr. Antônio Ribas Malaquini, e do estimado amigo, Professor Nery José Tomé.

Era o que eu tinha a dizer, Senhor

Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Continua em discussão o Projeto de Lei e a Emenda. Encerrada a discussão. Em votação, primeiramente a Emenda. Os Senhores Deputados que estiveram de acordo com a Emenda, conservem-se como estão. **Aprovada.**

Em votação o Projeto. Os Deputados que estiverem de acordo, conservem-se como estão. **Aprovada.**

O Projeto irá a 4ª Discussão.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando dispensa da Redação Final, para os Projetos de Lei ns. 295/86 e 296/86, sendo o primeiro oriundo da Mensagem Governamental n. 167/86, que visa autorizar o Poder Executivo a instituir a Fundação Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão, e o último, da Mensagem Governamental n. 168/86, objetivando autorizar o Poder Executivo a instituir a Fundação Federação de Instituições Superiores do Oeste do Paraná - UNIOESTE. **Aprovado.**

À Diretoria Legislativa.

Com exceção do Projeto de Lei n. 296/86, que vai à 4ª Discussão, leva-se em consideração apenas o Projeto de Lei n. 295/86. Em votação. Os Senhores Deputados que estiverem de acordo, conservem-se como estão. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 291/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 159/86), que autoriza o Poder Executivo a prestar garantias ou contragarantias do Tesouro do Estado a operações de crédito a serem contratadas pela COPEL, até o montante em moeda nacional equivalente a US\$ 700.000,00 (setecentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), observadas as taxas de câmbio vigentes nas datas da efetiva ocorrência das contratações, e dá outras providências. **SEM PARECER.**

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

A Mesa solicita ao Senhor Deputado Caíto Quintana, se tem alguma observação a fazer, com respeito ao Parecer sobre esta matéria.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, o Parecer sobre o referido Projeto existe e está sendo dado em plenário, devido à transformação da Assembléia, em Comissão Geral e temos o Parecer desta Comissão, para que seja incluído ao Projeto.

Peço a Vossa Excelência para apresen-

tar o Parecer Geral.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Está com a palavra o Senhor Deputado Caíto Quintana, para proceder à leitura do seu Parecer.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Lê o Parecer ao Projeto de Lei n. 291/86, nos seguintes termos):

"COMISSÃO GERAL"

PROJETO DE LEI N. 291/86

P A R E C E R:

A Mensagem Governamental n. 159/86 encaminha à apreciação deste Poder Legislativo, Projeto de Lei, através do qual fica o Poder Executivo autorizado a prestar garantias ou contragarantias do Tesouro do Estado a operações de crédito a serem contratadas pela Companhia Paranaense de Energia - COPEL, até o montante equivalente em moeda nacional a US\$ 700,000,000.00 (setecentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

As operações de crédito de que trata o Projeto destinam-se à obtenção, junto às instituições financeiras nacionais e internacionais, de recursos destinados à construção da Usina Hidrelétrica de Segredo e à execução de programas de investimento da COPEL.

O encaminhamento do Projeto de Lei, através de Mensagem a esta Assembléia Legislativa, foi feito em obediência aos ditames constitucionais, não havendo, portanto, quanto ao aspecto constitucional, qualquer restrição que se lhe possa fazer.

Por outro lado, ao examinarmos o projeto no que respeita à sua oportunidade e consonância com os interesses do Estado, nos parece que, num momento em que vemos uma verdadeira explosão industrial sacudir o nosso País, e os apelos cotidianos para que se racionalize o uso da energia, pois, corremos o risco de que ela venha afaltar, um Projeto de Lei desta natureza, merece, sem dúvida, o nosso integral apoio.

Nestas condições, somos pela **Aprovação**.

Sala das Sessões, em 18.12.86.

(a) CAÍTO QUINTANA

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Em discussão, o Parecer que acaba de ser lido pelo seu Relator Senhor Deputado Caíto Quintana.

Encerrada a discussão.

Em votação o Parecer. **Aprovado**.

O SR. IVAN GUBERT - (Pela Ordem) Requeiro a verificação de votação do Parecer.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) -

Atendendo a solicitação do Senhor Deputado Ivan Gubert, esta mesa irá proceder a verificação de votação.

O SR. IVAN GUBERT - (Pela Ordem) Retiro a verificação de votação do Parecer.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) **Aprovado o Parecer**.

Em discussão o Projeto de Lei n. 291/86.

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senhores deputados que estiverem de acordo com o projeto de lei, permaneçam como estão.

Aprovado.

O SR. IVAN GUBERT - (Pela ordem) - Requeiro a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) A Mesa atende.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) Requeiro a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) A Mesa defere e solicita ao Senhor 1º Secretário que proceda à chamada.

O SR. 1º SECRETÁRIO - **Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados**.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Responderam à chamada, trinta e um dos Senhores Deputados. Assim sendo, a Mesa vai proceder a verificação de votação.

Os Senhores Deputados que estiverem de acordo com o Projeto, queiram levantar-se. Dezenove Senhores Deputados votam favoravelmente.

Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

A Mesa consulta os Senhores Deputados Ayrton Cordeiro e Antônio Belinati, como votam?

Três Senhores Deputados votam contra a matéria. Não há "quorum" para apreciação da mesma e nem para o prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 22, às 10:00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução de ns. 112/86 à 114/86.

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 92/86, 227/86, 273/86, 277/86, 291/86,

292/86, 293/86, 294/86.
e dos Projetos de Resolução de n.
115/86 à 117/86.

4.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.
296/86.

Levanta-se a sessão.